

dição o estresse, o qual “Se não existisse, talvez nem estivéssemos aqui” (p. 114), acrescentando adiante que as “alterações somáticas cumprem a sua função para manutenção da vida” (p. 120). Mas ressalva que, se as agressões se tornam repetitivas, intensas ou prolongadas, pode haver uma situação de esgotamento de energia. Acompanhando suas observações, que incluem a relação entre insatisfação no trabalho e aparecimento de doenças, Vieira apresenta uma pesquisa que realizou em ambiente de uma empresa, ligada à questão da insatisfação profissional, identificando efeitos de estresse.



Pra do MCCA (org.). O mosaico da violência: a perversão na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vetor, 2004, 432p.

Miriam Schenker

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Atenção ao Uso de Drogas/Uerj

O livro, organizado por Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado, cumpre uma ousada proposta: dar ouvidos, de acordo com uma abordagem eminentemente psicanalítica, a oito diferentes situações de violência, de lugares que não costumam ser tratados no cotidiano da vida. Os trabalhos apresentados no livro decorrem de experiências de envolvidas por ela e por sua equipe no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a partir de pesquisas em centros acadêmicos.

O livro se subdivide em oito capítulos sendo que, no primeiro, Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado se baseia no conceito de “mosaico” e na “teoria das estranhezas” de Maluf (2002) e em conceitos freudianos para falar sobre a complexidade do fenômeno da violência, ressaltando, nas situações descritas, a conduta equivocada, muitas vezes *perversa*, de profissionais que atuam em casos de abuso sexual.

No segundo capítulo, Susana Engelhard Nogueira e Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá apresentam alguns impasses e desafios para o atendimento de crianças vítimas de abuso sexual a partir da complexa descrição de dois casos clínicos. As autoras conceituam, com textualizam e estudam as conseqüências psíquicas do “abuso sexual infantil” com o intuito de compreender tanto o que se passa no psiquismo das pessoas envolvidas na situação de abuso quanto como a criança sobrevive a ele. Objetivam, por meio da psicoterapia psicanalítica, conferir importância à palavra da criança vítima do abuso sexual que, dessa forma, se torna legitimada, pelo adulto, como autora de sua história.

“Mães que choram”, título do quarto capítulo, é de autoria de Márcia Ferreira Amendola, e nos introduz àquelas mães que, horrorizadas e traumatizadas, tomam consciência da sexualidade perversa de seus

Vemos, nesta publicação, alguns pontos principais: oferecer informações gerais a respeito do tema, sobre um fundo panorâmico; situar a compreensão do estresse como resultado de um processo e passível de prevenção; buscar algum nível de articulação entre o campo psicanalítico e o campo mais amplo de outros estudos; discutir, até certo ponto, a temática, inclusive, na extensão ao campo do trabalho: pela dimensão que este tem na vida humana. De uma maneira geral, entendemos que tenha sido alcançada a proposta deste trabalho, que seria ainda mais efetiva com menor compactação (devido à multiplicidade quanto ao tema/estresse), constituindo este livro, a nosso ver, uma leitura oportuna.

filhos, construída na relação com os pais/parceiros. “Despertam”, com enorme angústia e sofrimento, através do trabalho terapêutico, e buscam modificar o contexto propiciador do abuso, denunciando as práticas de violência sofridas pelos filhos. Por isso, são chamadas de “mães pro tetoras”. Márcia discute o perfil psicológico dessas mães, apresentando uma hipótese diagnóstica. Alerta, também, para a posição dedicada do psicólogo que atua em casos de suspeita de abuso sexual infantil, chamando a atenção para a necessidade de uma tomada de posição ética e justa por parte desse profissional, para esses casos.

Com base em uma releitura da “teoria das estranhezas” de Maluf, e das perversões, de acordo com uma visão psicanalítica, Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá aborda, no quarto capítulo, “O estranho, a perversão e a criança”. Ela ressalta, também, a desqualificação e o terrorismo que os adultos perpetradores de abuso sexual infantil fazem contra essas crianças, como uma forma de impedi-las de revelar o trauma sofrido.

Valéria Castro Chagas de Azevedo nos brinda com o quinto capítulo, intitulado “Gravidez soropositiva”. Refere, a partir da descrição do atendimento psicológico a quatro mulheres grávidas e portadoras do HIV, a necessidade de uma equipe interdisciplinar treinada para o amparo a este grupo de risco. Ressalta o estigma social e o temor, a ambos existentes entre os profissionais de saúde que lidam com essa questão. E também na maioria das pacientes que participam do grupo de acolhimento terapêutico do ambulatório de um hospital público universitário, onde os atendimentos foram realizados.

No sexto capítulo, Maria de Fátima Leite-Ferreira e Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado trazem à luz as “Vítimas do silêncio: violência familiar e homossexualidade”. Com base nos relatos de uma pesquisa de Leite-Ferreira (2001) acerca de 30 casais homossexuais em situação estável de coabitação há mais de dois anos, as autoras destacam a influência que a violência intra-familiar, explícita ou velada da família de origem, pode ter para a organização da identidade de gênero. A contextualização da homossexualidade à luz de conceitos da psiquiatria e da psicanálise, ao longo da história, a dinâmica familiar

que se contém na formação da identidade dos sujeitos, e a apresentação do relato de quatro casais homossexuais conformam o capítulo.

Juliana Peixoto Pereira discorre sobre “Drogificação, a utopia e dinâmica *borderline*” no sétimo capítulo desse “mosaico da violência”, violência eminente em te intra-familiar e intra-individual no caso clínico, referente a um psicodiagnóstico diferencial, aqui apresentado e dissecado. Juliana transita conceitualmente pela drogificação, a utopia e dinâmica *borderline* com o intuito de encontrar subsídios para o entendimento da complexidade dos sintomas de estruturados apresentados pelo paciente. Ao final, ela se questiona sobre a esperança que poderá haver para pessoas que apresentam tantos agravantes contextuais e psíquicos em sua história de vida pessoal.

Fátima Gonçalves Cavalcante e Maria Cecília de Souza Minary fecham com chave de ouro o oitavo capítulo do livro, discorrendo sobre “Organizadores psíquicos e suicídio: retratos de uma autópsia psicossocial”. Preocupadas em inserir o tema no contexto da Saúde Pública, as autoras descrevem três casos clínicos a partir de dados selecionados de uma ampla pesquisa epidemiológica e psicológica sobre suicídio num município mineiro (Minary, Cavalcante e Souza, 2003), onde a taxa de suicídio, segundo as pesquisas no Brasil, são consideradas altas. Os casos selecionados se baseiam em três eixos de organização psíquica: a neurose, a psicose e a perversão. As histórias revelam efeitos traumáticos de rompimento nos afetivos não elaborados, dificuldades de diferenciação no contexto familiar e seqüelas de violência doméstica e da violência contra a mulher. O contraste entre essas três histórias fornece subsídios, ressaltados pelas autoras, para programas voltados para a prevenção do suicídio na área da Saúde Pública.

Os oito temas contemplados no livro são de fundamental importância para o pensar e o agir na Saúde Pública à medida que são perpassados pela violência intra e interpessoal, familiar e social, em que os sujeitos, vítimas de violência e abusos na infância ou na adolescência, ou ainda mulheres discriminadas, desde cedo, em seu papel social, tornam-se adultos com extrema dificuldade de sobreviver de forma minimamente saudável socialmente. Configura-se, portanto, um desrespeito aliado a uma falta de cuidado e obediência aos princípios éticos do ECA e da tríade *liberdade, igualdade e fraternidade* contida na Declaração Universal dos Direitos do Homem. O conteúdo dos capítulos desse “mosaico da violência” fornece fartos subsídios para se pensar e implementar programas de Saúde Pública que possam prevenir o surgimento das diversas formas de violência apresentadas.

com uma amostra de 2 mil indivíduos maiores de 18 anos, controlados por setor censitário urbano e rural, com cotas para sexo, idade, escolaridade e região.

Araújo C & Scalón C (orgs.) *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Clara Araújo & Celi Scalón, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, 304p.

Ludmila Fontenele Cavalcanti

Núcleo de Estudos e Ações em Saúde Reprodutiva,
Escola de Serviço Social/UFRJ

A coletânea de textos *Gênero, família e trabalho no Brasil*, organizada por Clara Araújo e Celi Scalón, é resultado de uma pesquisa integrante do International Social Survey Programme (ISSP). A pesquisa baseia-se no *survey* nacional de atitude e opinião “Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada”, que contempla vários aspectos das relações de gênero no âmbito da família, especialmente no que diz respeito às percepções quanto à inserção da mulher na força de trabalho, à divisão do trabalho doméstico, ao papel da maternidade e do casamento, e à relação entre satisfação individual e vida familiar.

Através da reflexão teórica profunda na área da sociologia contemporânea, essa coletânea representa uma grande contribuição para quem quer compreender as várias dimensões das relações de gênero que se estabelecem na dinâmica entre família e trabalho.

Araújo & Scalón procuram no primeiro capítulo analisar os resultados mais gerais do *survey*, que consistiu em um questionário padrão, aplicável a todos os países que compõem o programa, acrescido de perguntas relacionadas com a realidade brasileira. A coleta dos dados foi realizada em novembro de 2003, abrangendo 195 municípios de 24 Estados brasileiros

com uma amostra de 2 mil indivíduos maiores de 18 anos, controlados por setor censitário urbano e rural, com cotas para sexo, idade, escolaridade e região.

As autoras têm como ponto de partida referências teóricas fundamentais que tomam as transformações nas relações familiares e de gênero como indicadoras do enfraquecimento das características hierárquicas da sociedade e do surgimento de formas mais horizontais ou simétricas de interação.

Os resultados da pesquisa apontam mudanças importantes nos padrões de organização familiar brasileira e na forma pela qual as relações de gênero se constituem e recortam essa dinâmica, visando à conciliação com o trabalho pago. Esse processo de mudança nas percepções de homens e mulheres em direção a uma cultura mais igualitária convive com a persistência de práticas mais tradicionais, que parecem mudar de forma lenta e pontual em aspectos determinados.

As relações de gênero na família mantêm na natureza de sua interação o princípio tradicional da divisão sexual do trabalho – mulheres e homens com papéis diferenciados – e a predominância do padrão de domesticidade, que confere desvantagens às mulheres na vida social em geral. Todavia, esse padrão possui variações internas. Ele é mediado por aspectos culturais e socioeconômicos que lhes determinam configurações particulares de acordo com determinadas variáveis socioeconômicas e/ou com os valores mais gerais que orientam as ações.

Visando enriquecer o olhar analítico e propiciar abordagens mais diversificadas dos dados, pesquisa-

